

ALEXANDRE EVARISTO PINTO
PEDRO EROLES
ROBERTO QUIROGA MOSQUERA
Coordenação

CRIPTOATIVOS

ESTUDOS REGULATÓRIOS E

TRIBUTÁRIOS

ALAN DE GENARO	JAIRO SADDI
ALEXANDRE EVARISTO PINTO	JOÃO MARCELO LIMA
ANDRÉ LUIS CAETANO SILVA	JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO
ARMANDO LUIZ ROVAI	JOSÉ MARIA ARRUDA DE ANDRADE
BARBARA CABRERA ESPIR	LISA WORCMAN
CAMILA MERINO MOYA LEIVA	LORENA COELHO ROBINSON
DANIEL DE PAIVA GOMES	LUCIANA MOREIRA KANAREK
DANIEL FIDELES STEINBERG	MAÍRA SCHWELING SCALA
EDUARDO FLORES	MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
EDUARDO DE PAIVA GOMES	MARINA MARTINI CALDAS
ERASMO VALLADÃO A. E NOVAES FRANÇA	MICHELLE MARQUES MACHADO
FABIO PEREIRA DA SILVA	MILTON BAROSSO FILHO
FABIO FERREIRA KUJAWSKI	PAULA ASTORINO
FERNANDO AURELIO ZILVETI	PAULO M. R. BRANCHER
FLÁVIO RUBINSTEIN	PEDRO EROLES
GABRIEL SAAD KIK BUSCHINELLI	PEDRO HENRIQUE MARQUES DA CUNHA
GIULIA FERRIGNO POLI IDE ALVES	RAFAEL ROMERO BENTOS
GUSTAVO G. VETTORI	RAQUEL SZTAJN
ILENE PATRÍCIA DE NORONHA NAJJARIAN	ROBERTO QUIROGA MOSQUERA
ISABELA FERNANDES PEREIRA	ROY MARTELANC
ISAC COSTA	TATIANE PRAXEDES LECH

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL
SÃO PAULO, 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

**ALEXANDRE EVARISTO PINTO, PEDRO EROLES E
ROBERTO QUIROGA MOSQUERA (COORD.)**

Criptoativos – Estudos Regulatórios e Tributários.

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-108-6

1. Criptoativos. 2. Criptomonedas. 3. Regulação. 4. Direito Empresarial. 5. Direito Tributário. 6. Direito Bancário. 7. Moedas. 8. Bens. 9. Tokens. 10. Tributação de Novas Tecnologias. 11. C.V.M. 12. ICOs (*Initial Coin Offerings*). I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Studio  Quartier

Capa

Rafael Nicolau

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Sumário

INTRODUÇÃO, 17

APRESENTAÇÃO DOS AUTORES, 21

I. MOEDA DIGITAL SOBERANA (CENTRAL BANK DIGITAL CURRENCY – CBDC), 31

Jairo Saddi

II. A COTITULARIDADE SOBRE A PROPRIEDADE DE BENS POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE TOKENS, 45

Paulo M. R. Brancher & Isabela Fernandes Pereira

1. Introdução	45
2. Definições	46
3. Possíveis aplicações	50
4. Os desafios da copropriedade de um bem “tokenizado”	52
5. Conclusão	59
Bibliografia	60

III. CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO NFT’S (*NON-FUNGIBLE TOKENS*) E SEU USO NO SETOR ARTÍSTICO, 61

Daniel de Paiva Gomes & Eduardo de Paiva Gomes

I. Introdução	61
II. Conceitos: o que são NFT’s (<i>non-fungible tokens</i>)?.....	67
III. Controvérsias tributárias envolvendo NFT’s.....	75
IV. Conclusão	83
Referências bibliográficas	84

IV. O TOKEN FUNGÍVEL, INFUNGÍVEL E A MOBILIZAÇÃO DE RIQUEZAS, 87

Ilene Patrícia de Noronha Najarian

Introdução	87
1. Ofertas de Tokens em redes sociais com utilização de criptoativos e outros ativos digitais	88
2. Desafios regulatórios para monitorar e fiscalizar o mercado de “Tokens e NFTs” diante das inovações trazidas pelo CriptoDireito	96
Conclusão	102
Referências Bibliográficas	104

V. O DIREITO E OS NOVOS FENÔMENOS MONETÁRIOS: ANÁLISE JURÍDICA DAS DIFERENÇAS ENTRE CRIPTOATIVOS, STABLECOINS E CBDCs, 105

Bárbara Cabrera Espir & Daniel Fideles Steinberg

Introdução	105
1. A importância dos conceitos: “O que são? Como funcionam? Para que foram criados?”	107
1.1. Criptoativos: admirável mundo criptográfico	108
1.2. Stablecoins: mitigadoras da volatilidade	111
1.3. CBDCs: virtualização do <i>high-powered money</i>	113
2. A moeda entre o privado e o público: oscilações em história jurídica da moeda	116
3. O tratamento legislativo dos criptoativos no Brasil	117
4. Distinções e diferenças entre criptoativos, stablecoins e CBDCs: uma tipologia	119
5. Conclusão	124
Bibliografia	126

**VI. TRIBUTAÇÃO DA RENDA DA PESSOA FÍSICA E
INVESTIMENTOS COM CRIPTOATIVOS: AS NOVAS POSSIBILIDADES
DO DEFI – DECENTRALIZED FINANCE, 129**

Tatiane Praxedes Lech & Fabio Pereira da Silva

Introdução	129
1. Criptomoedas e o seu Respectivo Tratamento Tributário no Brasil	130
2. Operações de arbitragem de criptoativos	134
3. Investimento em <i>liquidity pools</i>	141
Conclusão.....	147
Referências Bibliográficas.....	148

**VII. PLUNCT, PRACT, ZUM: TOKENS,
VALORES MOBILIÁRIOS E A CVM, 151**

Isac Costa

Introdução	151
1. Qual a relação entre Bitcoin, tecnologias de registro distribuído e <i>tokens</i> ?	152
2. Como criptoativos podem ser emitidos para financiar projetos?	155
3. O que a Comissão de Valores Mobiliários tem a ver com a emissão de criptoativos?	157
4. Quando um criptoativo é considerado valor mobiliário?.....	160
4.1. A experiência da SEC em matéria de emissões de criptoativos.....	162
4.1.1. Caso DAO	163
4.1.2. Caso Munchee.....	165
4.1.3. Caso Paragon Coin	165
4.1.4. A SEC e os critérios de aplicação do Howey Test para ativos digitais	166
4.2. A CVM e contratos de investimento coletivo envolvendo criptoativos	168
Síntese	174

VIII. NATUREZA JURÍDICA DA MOEDA E OS DESAFIOS DA MOEDA VIRTUAL: A MOEDA DIGITAL EMITIDA PELOS BANCOS CENTRAIS, 177

Milton Barossi-Filho & Rachel Sztajn

I. Introdução.....	177
II. Moeda: Bem Econômico	178
III. Natureza Jurídica das Moedas Física e Digital.....	188
IV. Conclusões.....	194
Referências	196

IX. DESAFIOS DA TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS, 199

José Maria Arruda de Andrade

X. CRIPTOATIVOS, 211

Roy Martelanc

Introdução	211
Crimes Associados aos Criptoativos	213
Um Eficiente Mecanismo de Lavagem de Dinheiro	213
O Feitiço Contra o Feiticeiro: As Fraudes contra os Criptoativos	214
A Tardia e Incompleta Resposta dos Governos	214
Criptoativos Especulativos	215
Um Criptoativo Especulativo Não tem Valor Intrínseco.....	215
Esses Especuladores e seus Inacreditáveis Vieses Comportamentais.....	217
Um Esforço Coletivo de Controle da Narrativa	218
E Se (ou Quando) a Crise dos Criptoativos Acontecer?	220
Stablecoins.....	222
Criptoativos Lastreados em Moedas Nacionais.....	222
O Lado B: Há Lastro? Ele tem Qualidade?	223
Perder o Acesso a um Criptoativo é Perdê-lo para Sempre	224
O que Nasce do Cruzamento entre um Stablecoin e um Criptoativo Especulativo	225

O Risco da Desestabilização Econômica.....	226
Uma Moeda Independente de Qualquer Governante	226
A Inanição Tributária do Estado	226
Os Mais Frágeis Sofrem Mais e Primeiro, como de Costume	229
CBDCs	230
Quando os Governos Também Querem Participar da Brincadeira.....	230
Quem tem Acesso à Informação e Como a Utiliza	232
É Muita Areia para o Caminhãozinho do Governo?	233
Inovação Financeira.....	235
As Fases da Inovação Financeira.....	235
A Inevitável e Bem-Vinda Pressão Regulatória	237
Referências	238

XI. CONTABILIDADE DE CRIPTOATIVOS: NOVOS CONTEXTOS PARA VELHOS DESAFIOS, 241

Eduardo Flores

1. Introdução	241
2. O Atual Tratamento Contábil dos Criptoativos	246
3. Conclusões Temporárias	252

XII. CRIPTOATIVOS E DIREITO DA CONCORRÊNCIA: BALANÇO E APRENDIZADOS SOB A PERSPECTIVA DO CONTROLE DE CONDUTAS, 255

Michelle Marques Machado & João Marcelo Lima

Introdução.....	255
Parte I – Mapeamento de precedentes no Brasil e no mundo: a análise de condutas anticompetitivas envolvendo criptoativos no Brasil e no mundo	256
I. Brasil	257
A. Contexto do Caso ABCB.....	257
B. Parecer da Superintendência-Geral do CADE pelo arquivamento do Caso ABCB: principais argumentos levantados	259

C. Julgamento do recurso da ABCB no Tribunal do CADE: principais pontos suscitados e novas linhas de investigação para o caso	263
II. Demais jurisdições	266
D. Austrália	266
E. Estados Unidos da América	267
F. Chile	269
G. Coreia do Sul	271
H. Israel	272
Parte II – Olhando para o futuro: considerações sobre questões que podem surgir nos próximos anos	274
A. Colaboração entre agentes	274
B. Emissão privada de moedas	277
C. Cruzamento de dados bancários com outros dados pessoais	278
Conclusão	279

XIII. TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOATIVOS – EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL E INICIATIVAS NO BRASIL, 281

Lisa Worcester & Rafael Romero Bentos

1. Introdução	281
2. Contexto internacional – Tributação de criptoativos	282
Estados Unidos da América	284
Reino Unido	285
Alemanha	287
França	288
União Europeia	289
3. Contexto brasileiro – Tributação de criptoativos	289
Projetos de Lei	293
4. Conclusão	295

XIV. BREVES REFLEXÕES SOBRE O USO DE CRIPTOATIVOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E OS ULTERIORES DESDOBRAMENTOS SOCIETÁRIOS, 297

*Erasmu Valladão Azevedo e Novaes França,
Marcelo Vieira von Adamek & Giulia Ferrigno Poli Ide Alves*

1. Introdução.....	297
2. Capital social e a proteção indireta aos credores.....	298
3. Possibilidade de integralização de criptoativos.....	301
3.1. Fundamento técnico das criptomoedas: a tecnologia “Blockchain”.....	301
3.2. Natureza jurídica das criptomoedas e inadequação aos tipos clássicos.....	304
4. Integralização dos criptoativos à sociedade como “bens”.....	308
4.1. Transferibilidade ao patrimônio social e questões decorrentes	308
4.2. Idoneidade dos criptoativos à integralização na categoria de “bens”.....	314
4.2.1. Suscetibilidade à avaliação em dinheiro	315
4.2.2. Compatibilidade com o interesse social	317
4.2.3. Penhorabilidade e exequibilidade – necessidade de materialização da chave privada?	318
5. Conclusão	322
6. Bibliografia.....	323

XV. REGULAÇÃO DE CRIPTOATIVOS: É MELHOR FALHAR NA ORIGINALIDADE OU TER SUCESSO NA IMITAÇÃO?, 327

Alan De Genaro & Paula Astorino

1. Introdução	327
2. Fundamentos econômicos da regulação	329
3. A regulação dos criptoativos: um olhar sobre as diferentes jurisdições	332
4. Sob qual arcabouço um criptoativos deve ser regulado?.....	340

5. Dos livros que contam sobre os estragos causados pelas baleias aos estragos causados pelas baleias nos livros	344
6. Considerações Finais	346
Referências	346

XVI. INICIATIVAS DO COMITÊ DE BASILEIA PARA REGULAMENTAÇÃO DE CRIPTOATIVOS, 349

*Pedro Eroles, Luciana Moreira Kanarek, Lorena Coelho Robinson,
Marina Martini Caldas, Camila Merino Moya Leiva &
Pedro Henrique Marques da Cunha*

1. Introdução	349
2. O Comitê de Basileia e suas iniciativas envolvendo criptoativos	351
3. Expectativas prudenciais preliminares divulgadas no Comunicado	352
4. Princípios propostos no Relatório	353
5. Principais novidades propostas pela Consulta Pública	357
5.1. Critérios de classificação	357
5.2. Requerimentos mínimos de capital aplicáveis a cada grupo	360
6. Panorama regulatório bancário e de pagamentos brasileiro atual sobre criptoativos	362
7. Conclusão	364

XVII. COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, SOB A ÉGIDE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DA LEI DE SIGILO BANCÁRIO, 365

Fabio Ferreira Kujawski & Maira Schweling Scala

I. Introdução	365
II. Compartilhamento de Dados no âmbito da Lei de Sigilo Bancário	367
III. Compartilhamento de Dados Pessoais no âmbito da LGPD	372
IV. Recomendações	379

XVIII. REPERCUSSÕES TRIBUTÁRIAS DO PAGAMENTO DE RANSOMWARE EM CRIPTOMOEDAS, 383

Flavio Rubinstein & Gustavo G. Vettori

I. Contexto.....	383
II. Legalidade ou Ilegalidade do Pagamento do Resgate?.....	396
III. Implicações tributárias para o pagador	407
3.1. Dedutibilidade dos Pagamentos (Lícitos) de Resgate	408
3.1.1. Aplicação da regra do art. 47 da Lei 4.506/64	409
3.1.2. Limitação à dedutibilidade de perdas decorrentes de atos ilícitos contra a empresa	416
3.1.3. Limitação da dedutibilidade por ausência de identificação da operação ou causa e individualização do beneficiário do rendimento.....	422
3.2. Dedutibilidade de (Eventuais e Hipotéticos) Pagamentos Ilícitos de Resgate	427
3.3. IR-Fonte sobre Pagamento a Beneficiários Não Identificados e Pagamentos sem Causa	432
3.3.1. Efetiva configuração de pagamento	436
3.3.2. Impossibilidade fática de identificação do beneficiário	439
3.3.3. Inconstitucionalidade do art. 61 da Lei nº 8.981/95	444
3.4. Ganho de capital na realização de criptomoedas	446
3.5. Outros tributos	449
IV. Considerações Finais	450

XIX. ICOs (INITIAL COIN OFFERINGS) E A DISCIPLINA DOS VALORES MOBILIÁRIOS, 455

José Alexandre Tavares Guerreiro & Gabriel Saad Kik Buschinelli

1. Introdução	455
2. <i>Initial Coin Offerings</i> (ICOs).....	460
3. Conceito de Valor Mobiliário	462
4. Aplicabilidade da Legislação Nacional	464
5. Tipos de Criptoativos	467
a. Criptomoedas (<i>currency tokens</i>).....	468

b. Tokens de utilidade (<i>utility tokens</i>)	471
c. Criptoativos emitidos por Organizações Descentralizadas Autônomas (<i>DAO Tokens</i>)	477
d. “Tokenização”: Criptoativos representativos de valores mobiliários (<i>security tokens</i>) e de direitos reais sobre bens (<i>asset-backed tokens</i>)	480
6. Notas conclusivas.....	485

XX. AS CRIPTOMOEDAS E O IMPOSTO DE RENDA: ESTUDO COMPARADO, 487

Fernando Aurelio Zilveti

1. Introdução	487
2. Qualificação fiscal da criptomoeda.....	489
3. Tributação da criptomoeda pelo imposto de renda	492
3.1. As transações com criptomoeda da pessoa física.....	492
3.2. A mineração com criptomoeda.....	495
3.3. As transações com criptomoedas das empresas.....	497
4. Aspectos contábeis das operações envolvendo criptomoedas.....	498
5. Conclusões.....	500
Bibliografia	501

XXI. A TRIBUTAÇÃO DOS CRIPTOATIVOS PELO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE CONTABILIDADE E DIREITO TRIBUTÁRIO, 503

Alexandre Evaristo Pinto & Roberto Quiroga Mosquera

1. Introdução	503
2. Do Regime Jurídico do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.....	504
3. Do Processo Contábil e do crescente uso do Valor Justo como Base de Mensuração	512
4. Dos Desafios da Tributação e da Contabilização dos Criptoativos	519
5. Conclusões.....	523

**XXII. POSSIBILIDADE JURÍDICA DE
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
ATRAVÉS DE CRIPTOMOEDAS E ATIVOS SIMILARES, 527**

Armando Luiz Rovai & André Luis Caetano Silva

Introdução	527
O que são Criptomoedas	527
Criptomoedas dentro do Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	530
O que é Blockchain	531
Da Natureza Jurídica do Capital Social.....	533
Da Integralização do Capital Social Através de Criptomoedas.....	535
Conclusão	540
Referências Bibliográficas.....	541